

Estrutura educacional como reflexo das características sócio-econômicas de Rondônia*

CLÉA SARMENTO GARBAYO

As transformações nos dois últimos decênios do Território Federal de Rondônia tiveram como mola propulsora sua dinamização econômica e a afluência de correntes migratórias intensas e desordenadas.

O setor educacional sofreu os reflexos desse processo geral, que tornaram mais complexas suas bases sociais. Assim, as deficiências do sistema de ensino tendem a se acentuar, exigindo adaptações nem sempre satisfatórias. Nesse contexto, o problema da educação requer flexibilidade de enfoque, de modo que o potencial humano possa ser avaliado segundo disponibilidade de recursos e instrumentos de ação.

O esboço das bases sociais de Rondônia, segundo os traços educacionais de seus habitantes e algumas características demográficas, foi calcado em informações censitárias oficiais e em material de pesquisa, para que os contornos dos recursos humanos existentes no Território pudessem ser delineados.

Perspectivas Educacionais e Condições dos Núcleos Familiares

Trata-se aqui da situação geral das unidades familiares em Rondônia, consideradas como núcleo primordial no processo de socialização do indivíduo, cuja estrutura pode favorecer ou limitar as possibilidades

* Este trabalho, concluído em 1975, é resultado da análise de fontes oficiais de informação (Censo Demográfico, IBGE e dados do Ministério da Educação), e serviu para elaborar a parte referente a Educação do *Atlas de Rondônia* publicado pelo IBGE em 1975.

de acesso de seus componentes à educação e a outras oportunidades sociais. Daí a importância de averiguar as condições em que se encontram, por ser fator básico para que o escolar ou o jovem possa se integrar no sistema de ensino.

No Censo Demográfico de 1970 foram pesquisados em Rondônia 21.463 domicílios; dali foram extraídas informações que permitiram mostrar aspectos gerais característicos, segundo as condições do chefe de família. Este, principal responsável pela manutenção da unidade doméstica, auferia rendimentos baixos: 75% não ultrapassavam a faixa salarial equivalente a pouco menos de quatro salários mínimos locais, destinados ao sustento de uma família cujo tamanho médio era de 4,9 membros.

O nível de escolaridade do chefe de família estava aquém do desejável: praticamente a metade era analfabeta, e apenas 11% tinham mais de cinco anos de estudos. Nessas condições, sua participação no mercado de trabalho colocava-o, principalmente, em ocupações manuais, sem especialização, que dele exigiam pouco mais do que sua força bruta.

Assim, de uma maneira geral, a estrutura familiar de Rondônia mostrou que sua população tem um berço precário, tornando-se freqüentemente necessária a divisão dos encargos domésticos entre todos, mulher e filhos em idade escolar. As atividades destes — excluídas as do chefe de família — raramente eram remuneradas, pois a participação da mulher em atividades remuneradas era reduzida, e as diferenças verificadas entre população escolarizável e população escolarizada corroboram a situação acima.

O tamanho da família é também relevante, pois quanto maior for, mais elevados são os encargos de todos os seus membros, maiores as responsabilidades dos chefes de família. Sobre esse aspecto, destacou-se que o nível educacional da mulher era fator que influía sobre o tamanho da família, ao constatar que o grau de instrução alterava sensivelmente os níveis de fecundidade.¹ A fecundidade média em Rondônia era elevada, da ordem de 5,3 filhos por mulher; porém, quanto mais altos eram seus níveis de escolaridade, decrescia o número de filhos. Logo, era de se esperar que as mulheres sem instrução tivessem o mais alto índice de fecundidade (5,8), e aquelas com os mais altos níveis educacionais apresentassem índice inferior (2,0).

Se as condições urbanas forem consideradas como propiciadoras de desenvolvimento, então, em tais condições, os índices de fecundidade deveriam sofrer alteração, reduzindo-se. No entanto, observou-se que, nas cidades, eram ainda mais elevados os índices de fecundidade de mulheres analfabetas (6,3) do que sob condições rurais (5,4). O mesmo não ocorreu com o índice de fecundidade das mulheres com instrução, que se mantinham inalterados, seja nas cidades seja no meio rural. Estas, provavelmente, dispunham de condições que lhes permitiam controlar o tamanho familiar, as quais não estavam ao alcance das mulheres sem instrução que, pelo contrário, eram ainda mais precárias no meio urbano.

As oportunidades educacionais são mais amplas quando os níveis de renda, de instrução e tamanho da família permitem e estimulam a participação do escolar no sistema de ensino, não só no que diz respeito à matrícula inicial, mas também para dar continuidade aos estudos ou completar os cursos iniciados. Desta forma, as condições dos núcleos familiares são básicas, pois favorecem o acesso à instrução e, conseqüentemente, à dinamização cultural em Rondônia.

¹ Número médio de filhos nascidos vivos, de mulheres de 15 anos e mais.

Alfabetização e Escolarização

Os níveis gerais de instrução e a capacidade de absorção dos jovens pelo sistema de ensino dão uma visão generalizada de aspectos educacionais no Território e suas condições potenciais de recursos humanos.

Em 1970, 62,9% da população adulta² sabiam ler e escrever, enquanto que em 1950 a proporção de alfabetizados adultos era inferior: 50,2%. A evolução dos níveis de alfabetização nesse período intercensitário apontou que o aumento proporcional relativo foi mais alto na população rural. A população urbana adulta alfabetizada em 1950 era de 70,7%, enquanto que em 1970 era de 75,5%. Na zona rural, as taxas eram de 38,3% em 1950 e de 49,4% em 1970.

A proporção de alfabetizados com relação à população escolarizável — entre 5 e 14 anos — mostrou incrementos mais significativos nos núcleos urbanos, situação inversa àquela verificada para a população adulta (diferenças percentuais entre níveis de alfabetização em 1950 e 1970 de 13,9% nas zonas urbanas e 3,7% na zona rural).

As diferenças nos níveis de instrução entre população escolarizável e população adulta, e a condição urbano-rural sugerem que o sistema de ensino sofreu, no período, apenas ligeiras modificações nas zonas rurais, enquanto que a dinamização do setor educacional beneficiou acentuadamente os núcleos urbanos.

O aumento da proporção de adultos alfabetizados na zona rural é reflexo do acesso à educação dos anos anteriores; deve-se, no entanto, acrescentar a possibilidade de terem as correntes migratórias contribuído, de maneira significativa, para a alteração dos perfis de alfabetização da população rural.

As desigualdades na distribuição demográfica no Território e as marcantes diferenças entre os municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim exercem influência sobre as condições de ensino e os níveis educacionais da população. Em consequência, a rede escolar está distribuída no Território segundo o padrão de povoamento linear, margeando as principais vias fluviais ou as recentes rodovias, ou então concentrando-se nos núcleos urbanos.

Nos distritos de Porto Velho e Guajará-Mirim — sede dos municípios com o mesmo nome — as taxas de alfabetização urbana são as mais elevadas do território: cerca de 80% da população adulta. Nesses dois distritos concentram-se quase 60% da população total do território, e a população urbana é superior à rural.

Nos demais distritos, a população é predominantemente rural, com baixa densidade demográfica. No entanto, merece destaque o distrito de Rondônia — do município de Porto Velho — pois para ali convergem, em primeiro lugar, as intensas correntes migratórias oriundas do sudeste e do sul do País. Além de vir ampliando seu quadro populacional, a formação espontânea de núcleos de povoamento é intensificada, e o problema de ocupação de terras tem provocado situações de tensão social. Por outro lado, a política de colonização adotada pelo INCRA tem efeitos sensíveis — como, por exemplo, o Projeto Ouro Preto, que em 1973 contava com 21 unidades escolares de ensino primário de uma sala de aula. Nesse contexto, não surpreende que Vila de Rondônia, sede do distrito, conte com o apoio de programas especiais de educação e disponha de estabelecimento de nível médio, de criação recente.

² De 15 anos e mais.

A diferença entre os níveis de alfabetização adulta urbano-rural no distrito de Rondônia é relativamente pequena (60% e 49%, respectivamente), provavelmente por influência das correntes migratórias, estimuladas pela abertura do eixo rodoviário — BR-364 — que deu acesso às regiões mais favorecidas do país. Os níveis de escolaridade no distrito de Rondônia é dos mais precários de todo o Território: da população entre 5 e 14 anos, apenas 30% nos núcleos urbanos frequentavam escolas, sendo ainda mais grave a situação rural, onde apenas 12% da população escolarizável estudava.

Em 1970, havia no Território 21.310 estudantes que representavam 19,2% da população total: 26,8% em núcleos urbanos e 10,4% na zona rural. Quase 40% da população era constituída por crianças e jovens entre 5 e 19 anos. Os jovens, na faixa dos 15 aos 19 anos, concentravam-se mais em zonas urbanas do que rurais, diferentemente dos mais novos (de 5 a 14 anos) que estavam igualmente divididos entre urbanos e rurais, possivelmente por ligações familiares ainda estreitas. Assim, só após os 15 anos os jovens tendiam a intensificar a procura das facilidades urbanas, incomparavelmente maiores no campo educacional, onde cursos noturnos e programas especiais de educação não são incompatíveis com as atividades do jovem no mercado de trabalho. Aproximadamente 90% dos jovens das cidades eram alfabetizados, enquanto que metade estudava. Na zona rural, pouco mais da metade era alfabetizada, e apenas 17% eram estudantes.

Os níveis de instrução da população ativa do Território eram bastante baixos: 47,5% eram analfabetos, 39,3% tinham de 1 a 5 anos de estudos, e apenas 13,2% estudaram mais de 5 anos; 19,8% tinham completado algum curso, a qualquer nível. Dessa população, 14.733 tinham instrução e eram também economicamente ativos: 65,3% tinham curso elementar, 17,6% curso médio e 1,9% curso superior completo. Havia pequenas diferenças entre população masculina e feminina com cursos elementar e médio completos e, dos 323 indivíduos que haviam completado curso superior, apenas 12,7% eram do sexo feminino.

Instrução e Características da Mão-de-Obra

A população economicamente ativa (33.903 indivíduos) era essencialmente masculina (90% do total). Dessa forma, os contornos gerais relativos a setor de atividade, instrução e força de trabalho de Rondônia refletem essa composição básica, em que a participação feminina é pouco expressiva.

Considerando a situação acima, não seria exagerado levantar a questão referente aos investimentos em educação fundamental da população feminina, pois esta só retornava ao mercado de trabalho em escala reduzida. Poucas eram aquelas que, mesmo tendo instrução, exerciam atividades remuneradas (13,8%). Quer dizer, 86,2% da população feminina com instrução não era economicamente ativa.

Pouco mais da metade da força de trabalho total de Rondônia era alfabetizada, e 48,7% não tinha instrução alguma. O setor agrícola e de atividades extrativas absorvia 46,7% da população economicamente ativa, e, dentre todos os setores, era este que absorvia o maior número de analfabetos: 69,3%. Nesse setor, a razão proporcional de elementos com e sem instrução era de 3 para 7 em 1970.

Este quadro deixa transparecer não apenas a situação das bases de atividade econômica de Rondônia, extrativas (borracha, castanha, madeira), ou voltadas para o abastecimento local e regional. Conseqüên-

temente, nas condições vigentes não surpreende a condição educacional da mão-de-obra do setor, já que o tipo de ocupações disponíveis não demanda pessoal mais qualificado.

É diversa a caracterização do pessoal ocupado no setor industrial. Neste setor, 60,1% eram alfabetizados e 39,9% não tinham instrução; a razão proporcional era de 4 analfabetos para 6 elementos com instrução empregados em atividades industriais. O pessoal sem instrução exercia ocupações essencialmente manuais, nos ramos da indústria de transformação (móveis ou madeireira), da construção civil e na produção extrativa mineral (como mineiros e garimpeiros dedicados à extração de cassiterita).

Embora relativamente menos importantes do que os anteriores, os setores de atividades sociais e de administração pública absorviam pessoal com nível mínimo de instrução: 93,3% e 85,7% de alfabetizados, respectivamente.

Em suma, a mão-de-obra com instrução estava distribuída entre os setores da seguinte forma: 26% no setor agrícola, quase um terço nos setores de atividades industriais e de administração pública, e 11% no setor de comércio de mercadorias, e o restante se distribuía homogeneamente entre os demais setores.

Mesmo restrita, a participação feminina na força de trabalho mostra duas características de interesse. A primeira refere-se à população feminina com instrução, em que 69,8% do total concentravam-se no setor de atividades sociais, exercendo essencialmente as ocupações de professores de ensino primário e, em menor escala, outras funções auxiliares, em atividades de saúde ou em serviços burocráticos. A segunda característica trata do setor de prestação de serviços, por ser este o único em que mais da metade do pessoal ocupado era do sexo feminino, cujas exigências de instrução são mínimas. Portanto, este é o único setor em que a proporção de pessoal masculino ocupado é inferior ao feminino.

Da população em idade ativa, mais da metade (56%) não tinha rendimentos, devido às proporções da população jovem e do contingente feminino que, seja como estudantes seja em outras atividades, não exerciam funções remuneradas.

Para verificar as relações entre rendimentos e educação, considerou-se como parâmetro o salário mínimo vigente em Porto Velho em 1970, de Cr\$ 134,40 mensais. Na classe de rendimentos mais baixos — de até Cr\$ 200,00 mensais, correspondentes a 1,5 salário mínimos — estavam 46,4% da população, 42,0% na faixa de Cr\$ 201, 8,8% com renda mensal de Cr\$ 501 a Cr\$ 1.000, e apenas 2,8% ultrapassavam esta última faixa de rendimentos.

Conforme pode-se constatar, 88,4% da população economicamente ativa tinha rendimentos inferiores a Cr\$ 500 mensais (equivalentes a 3,7 salários mínimos locais) sendo que, nas duas classes de rendimentos mais baixos, o fato de ter ou não instrução não constituía pré-requisito para diferenciar os indivíduos: diferenças talvez aparecessem quanto ao *status* ocupacional. Nesses níveis de renda, supõe-se que o mercado de trabalho esteja diluído em várias atividades, de demandas pouco diversificadas.

Apenas 11,6%, da população economicamente ativa, estavam nas classes de renda superiores a Cr\$ 500 mensais; só então percebia-se diferenças significativas relacionadas ao grau de instrução dos indivíduos. Aqueles que tinham estudado mais de 6 anos eram os mais beneficiados, pois recebiam os mais altos rendimentos. Destes, 69%

tinham renda superior a Cr\$ 1.000. Dos indivíduos com menos de 5 anos de estudo, 24% atingiam a mais alta faixa de renda, enquanto que 7% dos analfabetos conseguiam atingi-la.

Supondo que os níveis de renda sejam alterados segundo o grau de instruções dos indivíduos, observou-se, adicionalmente, uma notória redução gradual de indivíduos nas classes de renda inferiores quanto maiores tenham sido suas oportunidades educacionais. No entanto, de uma maneira geral, os níveis de renda da maior parte da população eram baixos, independentemente de seus níveis de instrução. A maior possibilidade de acesso a rendimentos superiores estava reservada àqueles que haviam estudado mais de 5 anos; destes, 20% recebiam de Cr\$ 500 a Cr\$ 1.000, e, apenas, 15% mais de Cr\$ 1.000 mensais.

No que se refere à pequena parcela da população feminina com rendimentos, notou-se acentuadas diferenças ao comparar os níveis de instrução e rendimentos. Aquelas que tinham instrução e rendimentos tinham também maior participação de atividades remuneradas do que as que não tinham instrução. Este fenômeno não existia na população masculina que exercia funções remuneradas, tendo ou não instrução. Recorde-se ainda sua participação majoritária nas atividades econômicas e suas responsabilidades acentuadas como arrimo da família.

Na classe de renda mais baixa, 64% das mulheres tinham instrução e 36% eram analfabetas, e nas classes de renda superior a Cr\$ 200 até Cr\$ 1.000 mensais, cerca de 90% tinham instrução e as restantes eram analfabetas. Poucas atingiam os níveis de renda acima de Cr\$ 1.000, e apenas aquelas com instrução. Não se verificou caso de mulher analfabeta com tais rendimentos.

Cabe agora traçar os perfis de renda e instrução segundo dois grupos etários — da população jovem (dos 10 aos 19 anos) e da população adulta — a força de trabalho do território, dos 20 aos 59 anos de idade.

Da população jovem, poucos possuíam rendimentos: apenas 3% dos jovens de 10 a 14 anos e 27% dos jovens de 15 a 19 anos. Destes últimos, 44% da população masculina tinham rendimentos e apenas 10% da feminina; 37% eram estudantes. Com a informação disponível, não foi possível apontar quantos jovens exerciam, simultaneamente, atividades remuneradas e estudantis. Na hipótese, pouco provável, de não haver superposição de atividades remuneradas e educacionais, observou-se que mais de um terço desses jovens encontravam-se em condições inativas, sem que sua força potencial fosse utilizada, seja investindo em sua educação, com resultados de médio prazo, seja buscando sua integração no mercado de trabalho. Este quadro é ainda mais acentuado em relação à mulher jovem, pois apenas 10% tinham rendimentos, embora houvesse uma ligeira preponderância de estudantes do sexo feminino na faixa dos 15 aos 19 anos. Isto leva a crer que o jovem é forçado a relegar seus estudos a segundo plano por necessidade de trabalho, enquanto que, para a jovem, as alternativas principais são de continuidade de estudos ou de inatividade econômica, voltando-se, talvez, para constituir família. Observe-se, por outro lado, que a inatividade da população jovem ou da população feminina faz aumentar consideravelmente os encargos da população economicamente ativa.

Pode-se aventar a hipótese de que, a longo prazo, esta situação seja capaz de alterar a composição ocupacional do Território. Entretanto, o papel dinamizador das fortes e desordenadas correntes migratórias talvez provoque modificações na estrutura social, de tal monta

e natureza que a tentativa de previsão dos efeitos das condições atuais seja falha, devido à introdução de elementos que extrapolem quaisquer supostos preditivos.

Da população ativa adulta (dos 20 aos 59 anos), cerca de 60% tinham rendimentos; a participação masculina permanece acentuadamente maior: 90% contra 15% das mulheres adultas com rendimentos.

As taxas de participação masculina, no mercado de trabalho, mostraram-se praticamente inalteradas quando comparadas ao grau de instrução, havendo, no entanto, modificações na participação feminina, dependendo de seu nível educacional. A participação da mulher com instrução é mais alta do que a das analfabetas: de 22% a 9%, respectivamente. A variação nas proporções de participação em atividades com rendimentos mostra-se também diversa, segundo grupos de idade. A população feminina com instrução apresenta pequenas variações — em torno dos 22% — em todos os grupos de idade entre 20 e 54 anos. Só depois dos 55 anos é que sua participação cai para 19%. Entretanto, os níveis de participação das mulheres sem instrução só começam a aumentar após os 35 anos de idade, acentuando-se ainda mais depois dos 40 anos. Esta observação parece indicar que, só quando a mulher analfabeta atinge a maturidade é que pode liberar-se das atividades domésticas não remuneradas, e aí é provável que seus filhos tenham atingido idade suficiente para dispensar os cuidados maternos intensos, ou mesmo auxiliando-a nos cuidados com os irmãos menores ou com as atividades do lar. E só então aumentam suas possibilidades de exercer atividades remuneradas e cooperar no orçamento doméstico, a despeito dos baixos rendimentos, por não possuírem um mínimo de instrução.

Essas foram as condições gerais detectadas para a população de Rondônia; suas bases humanas sofrem dos entraves determinados pela estrutura sócio-econômica do território, fator que, por si só, já se apresenta de forma complexa. Em consequência, o sistema educacional é reflexo dessa estrutura; este, no entanto, é capaz de alterá-la através de seus instrumentos próprios de ação.

O Sistema de Ensino em Rondônia

Até 1974 ainda não havia sido implantada a reforma de ensino em Rondônia; dessa forma, os estabelecimentos mantinham o sistema tradicional do ensino primário comum e algumas unidades de ensino médio. Não existiam cursos de nível superior, com exceção do Campus Avançado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por convênio com o Governo do Território. Para cobrir as falhas do sistema de ensino comum vêm sendo oferecidos cursos suplementares, por meio de programas especiais, de educação de adultos e de aperfeiçoamento do corpo docente.

Educação Elementar

Antes de 1950, o índice de escolaridade do Território era inferior à média brasileira. Em 1950, este índice³ era de 434,4 matrículas por mil crianças em idade escolar, e a partir de então houve um aumento contínuo, superando esses índices nas demais unidades da Região Norte. Em 1970, o índice de escolaridade em Rondônia era de 585,3 ou seja, cerca de 60% da população escolarizável estava matriculada em estabelecimentos de ensino.

3 Número de alunos matriculados por 1.000 elementos da população escolarizável de 7 a 14 anos.

Apesar dos aumentos verificados no período, os níveis de escolarização estavam aquém do desejável e indicavam as insuficiências fundamentais das condições do Território de Rondônia. Por isso, tornava-se extremamente difícil o cumprimento da determinação constitucional relativa à obrigatoriedade escolar de 7 a 14 anos, segundo dispositivo da Constituição Federal de 1967, reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pois, em Rondônia, a precária infra-estrutura impede o acesso à instrução sancionada por lei.

Os obstáculos são vários e envolvem diversos aspectos estruturais. A dispersão populacional, principalmente na zona rural, faz com que o escolar depare com dificuldades de deslocamento no trajeto de casa à escola. O sistema de transporte é deficiente, seja pelas vias fluviais ou mesmo pelas recentes rodovias, apesar das transformações geradas por sua abertura. Somem-se a isto as necessidades de engajamento do escolar na força de trabalho ou de auxiliar sua família em suas atividades, bem como os problemas endêmicos. Por outro lado, o corpo docente, em geral, está insuficientemente preparado, sem formação pedagógica, e ou mesmo com cursos elementar e médio incompletos. Sob essas condições, o desempenho das funções do professor transforma-se muitas vezes em exercício de improvisação, e suas dificuldades são adicionadas às dos alunos e às deficiências da rede escolar.

Cabe observar que 75% da população escolarizável de Rondônia encontra-se no município da capital, Porto Velho que, por seu turno, absorve 74% dos estabelecimentos de ensino primário. Portanto, esta concentração obedece às proporções da distribuição demográfica. A rede de ensino rural acompanha as características de ocupação do Território, e as escolas primárias rurais, de apenas uma sala de aula e um só professor, estão localizadas ao longo das principais vias fluviais, junto ao leito da Estrada de Ferro Madeira—Mamoré e, mais recentemente, seguindo o traçado das rodovias federais.

Os centros urbanos encontram-se em condições educacionais mais favoráveis, por concentrar maiores recursos e pelas facilidades de comunicação, e de corpo docente mais qualificado.

Dos professores dedicados ao ensino elementar, 90% eram do sexo feminino, e mais da metade não tinha formação pedagógica. Porém, nas unidades escolares maiores, 60% tinham formação pedagógica, enquanto que na zona rural estes eram apenas 5% do total. A maior parte tinha apenas instrução primária, nem sempre completa. Menos de um terço possuía curso médio — completo ou não — e estes, por sua vez, concentravam-se nas escolas urbanas.

Dos estabelecimentos de ensino primário, 95% eram públicos, nos quais estavam matriculados cerca de 92% dos 20.106 alunos no curso primário, em 1972. As diferenças entre matrículas segundo o sexo eram pequenas, pois dividiam-se aproximadamente em proporções iguais. No meio rural, entretanto, as matrículas femininas eram algo inferiores às masculinas.

Apesar de todas as dificuldades, houve um incremento expressivo de unidades escolares na década de 60, quando praticamente duplicaram seu número. Em 1972, havia 235 unidades escolares de ensino primário, 80% nas zonas rurais, e 20% nos núcleos urbanos. Essa proporção urbano-rural tem permanecido inalterada ao longo do tempo, apesar do aumento apontado.

Mais da metade das escolas do território contava com apenas uma sala de aula (situação típica dos estabelecimentos rurais), cujos prédios são construídos de madeira (47%), alvenaria (34%) e “tapiri” (19%).

De uma maneira geral, os prédios escolares não possuíam instalações hidráulicas, ou as existentes não funcionavam. Apenas 15% possuíam instalações hidráulicas, e estes estavam localizados fundamentalmente nos núcleos urbanos. Quanto a instalações elétricas, as condições dos prédios escolares são algo melhores, já que uma quarta parte deles as utilizava, sendo também os estabelecimentos urbanos os mais beneficiados.

Nas escolas de apenas um professor havia um número médio de 33,7 alunos por professor, em cada sala de aula, matriculados em todas as séries do curso primário. Nos estabelecimentos maiores, a utilização das salas de aula era superior, em média de 210,4 alunos por sala de aula. Nos estabelecimentos urbanos, o número médio de alunos por sala é seis vezes maior do que nos estabelecimentos rurais — nestes, a média era de 44,5 alunos, enquanto que naqueles era de 286,5.

No sistema de ensino primário comum havia apenas um curso noturno em Porto Velho, com menos de 30 alunos, e sete em Guajará-Mirim, com 275 alunos matriculados. No quadro urbano, o número médio de alunos por professor era de 27,6, enquanto que na zona rural a proporção era maior, de 33,3.

A distribuição das matrículas no fim do ano mostrava que mais da metade dos alunos estava na primeira série; havia uma redução drástica nas 2.^a e 3.^a séries (16% e 14%, respectivamente), e as matrículas eram ainda mais baixas nas duas últimas séries do curso primário, de 8% e 5% do total. Nos estabelecimentos rurais, era ainda maior a concentração de alunos na primeira série, pois 72% estavam no primeiro ano e apenas 0,3% na última série.

As taxas de aprovação do Território eram da ordem de 80%, com diferenças entre os núcleos urbanos — com 69% de aprovados — e zona rural — com 86% de aprovação. Devido às acentuadas diferenças entre os níveis urbanos e rural, é de se supor que os critérios de avaliação, aprovação e de promoção do alunado sejam diversos, assim como os níveis de exigência dos estabelecimentos.

A perda de efetivo escolar foi relativamente baixa, de 8%. Nos núcleos urbanos, a evasão era mais alta, e as principais causas apontadas eram, por ordem de importância, percurso longo de casa à escola, doença e necessidade de trabalho. No município de Porto Velho, 80% dos alunos avaliados apresentaram como causa o percurso longo de casa à escola e doenças, e apenas 11% necessidade de trabalho, diferentemente de Guajará-Mirim, onde metade da evasão escolar era motivada por necessidade de trabalho, e apenas 14,4% pelo percurso longo de casa à escola; as demais causas eram menos expressivas.

A eficiência interna de um sistema de ensino pode, em parte, ser avaliada através da sua capacidade de reter o aluno até o término do curso. E aí pode ser detectado um dos pontos nevrálgicos na educação elementar em Rondônia. Na passagem do ano letivo de 1971 para 1972, observou-se que, dos alunos que estavam na primeira série em 1971, apenas 36,8% continuaram seus estudos no ano seguinte, havendo uma desistência de 63,2% dos alunos, seja por reprovação, abandono de curso ou transferência. Da segunda para a terceira série, 90% dos alunos continuaram seus estudos, caindo para 63% a proporção de alunos que prosseguiram para a quarta série e, finalmente, para 51% a proporção de alunos que continuaram seus estudos na última série do curso primário.

Constatou-se que o estrangulamento da continuidade de estudos se dá na passagem da primeira para a segunda série do curso, e que

as dificuldades tornam-se cada vez maiores a partir da terceira série. Verificou-se também que a sobrevivência escolar dos alunos matriculados no início de 1969 na primeira série era pequena, pois apenas 21,4% dos alunos estavam matriculados na quarta série no início de 1972. Logo, poucos eram os estudantes que conseguiam prosseguir seus estudos. As possibilidades de conclusão de curso eram ainda menores, pois o índice de terminalidade de estudos — isto é, a relação entre a matrícula de alunos novos no primeiro ano no início de 1968 e a quantidade de alunos aprovados na quarta série em 1971, era de 13,5%.

Em comparação com as demais unidades da Região Norte, Rondônia apresentou aumentos algo mais elevados com relação a unidades escolares, matrículas, disponibilidade de professores e terminalidade de estudos, estando em condições similares no que diz respeito a continuidade de estudos. Na maior parte dos indicadores analisados, os incrementos verificados no território foram inferiores às médias brasileiras. No entanto, as observações feitas aqui com relação ao ensino primário apontaram uma série de obstáculos, relativos à situação da população e à estrutura de trabalho. Ao analisar o grau de instrução da população economicamente ativa, constatou-se que o contingente populacional apenas alfabetizado era absorvido pelo mercado de trabalho, não se tornando pois necessidade imperiosa concluir o curso elementar para obter empregos.

Ensino Secundário

As deficiências do ensino secundário em Rondônia eram ainda maiores do que no curso elementar, e mesmo eram decorrência das condições anteriores. Apenas Porto Velho e Guajará-Mirim — sedes dos municípios — tinham estabelecimentos de ensino médio, acrescentando-se mais recentemente uma unidade em Vila de Rondônia, provavelmente criada em função do fluxo migratório.

A quantidade de cursos de ensino oferecido ano a ano era variável, ora aumentando o número de cursos de primeiro ciclo ora reduzindo, seja devido às necessidades de cursos de 2.º ciclo, seja por quaisquer outros motivos. Desta forma, previsibilidade de cursos secundários tornava-se extremamente difícil, dependendo, em parte, da demanda e das possibilidades do alunado no prosseguimento do curso ou do próprio estabelecimento, no que se refere ao professorado e aos prédios escolares, sem mencionar os demais problemas referentes ao mercado de trabalho e à própria estrutura sócio-econômica de Rondônia.

As atividades docentes eram predominantemente masculinas — situação oposta à do ensino primário — e todos os nove cursos existentes em 1961 eram de 1.º ciclo, contando com 101 professores e 790 matrículas no início do ano. Nos 4 cursos secundários, a média de alunos por professor era de 13,6; nos dois cursos comerciais a proporção era reduzida para 5,7, caindo ainda mais no curso normal, com 3,3 alunos por professor.

Em parte, essas observações podem sugerir o elevado dispêndio com este tipo de ensino, mantido mais por iniciativa de entidades particulares (responsáveis por 5 dos 9 cursos) do que pela rede federal.

Em 1963, apesar da redução dos cursos no 1.º ciclo, foram introduzidos quatro cursos no 2.º ciclo: dois comerciais, um normal e um secundário. O número médio de alunos por professor aumentou ligeiramente, exceto no curso comercial, cuja média declinou para 4,4. Até então, este ramo de ensino era mantido por instituições privadas, tendendo a se tornar mais oneroso, pois a perda de efetivos escolares

no curso comercial era das mais altas: 30% dos alunos não chegavam ao fim do ano, enquanto que, em média, a evasão escolar secundária era de 16% — ainda mais elevada do que no ensino primário.

No início da década de 70 registrou-se um acréscimo na oferta de cursos, então 14 no ensino médio. O 2.º ciclo era o ponto sensível, cuja oferta alterava-se ano a ano. A participação feminina nas atividades docentes de nível médio aumentou, embora 63% dos professores fossem do sexo masculino; essa alteração no mercado de trabalho urbano merece destaque.

A média de alunos por professor era superior à do início da década de 60, com diferenças significativas entre o primeiro e o segundo ciclos: 17,0 e 8,2 alunos por professor, respectivamente.

Já foi apontado que os cursos comerciais na década anterior eram mantidos por estabelecimentos privados; posteriormente passou a ser atribuição exclusiva da rede de ensino público. Assim, os encargos desses cursos deixaram de recair sobre as instituições particulares e se transferiram para a esfera governamental. Desta forma, a despeito dos ônus para mantê-los, ficava a garantia de que a necessidade real do mercado de trabalho seria suprida, e que os alunos estariam profissionalmente habilitados para o exercício de atividades relacionadas ao comércio.

As perdas dos efetivos escolares merecem análise mais detalhada, pois embora a evasão média tenha sido de 30% dos estudantes, notou-se diferenças extremamente acentuadas ao comparar os ciclos de estudos, tipos de curso e sexo do alunado.

No primeiro ciclo, as matrículas no fim do ano apontaram a perda de aproximadamente 20% das matrículas iniciais, e no 2.º ciclo as perdas triplicavam: 60% dos alunos não chegavam a terminar o ano letivo.

Dentre os cursos existentes em 1972, o Normal apresentou os mais altos índices de perda de alunos, principalmente de elementos do sexo feminino. É porém interessante observar que houve no 1.º ciclo normal um aumento da procura do curso, isto é, o número de matrículas no fim do ano era superior ao do início, e esta procura era devida à demanda majoritária de elementos masculinos para o 1.º ciclo normal. No entanto, no 2.º ciclo não se verificou esse fenômeno, e houve uma grande perda de efetivo escolar, principalmente de sexo feminino.

No 1.º ciclo comercial houve uma alta evasão masculina (quase nula no 2.º ciclo) e um substancial aumento das matrículas femininas dos dois ciclos dos cursos comerciais.

O curso secundário foi o que apresentou as mais elevadas taxas de perda de efetivo escolar, principalmente no 2.º ciclo. Pode-se aventar que as causas disso estejam na pequena capacitação instrumental que o currículo secundário podia proporcionar ao aluno; quer dizer, uma formação tradicional diminuiria as chances de orientar o estudante para o exercício de uma profissão específica, mesmo que oferecesse ao aluno acesso a um campo de conhecimentos mais gerais. Estes seriam mais úteis se pudessem dar prosseguimento em seus estudos que, entretanto, não pode ser feito com os atuais recursos educacionais disponíveis no território. É possível que o interesse do alunado no curso secundário se reduza, encontrando-se aí, ao menos parte, justificativa plausível para as elevadas perdas de seus efetivos escolares.

Em resumo, as perdas de efetivos escolares do ensino médio em Rondônia são muito maiores no 2.º ciclo do que no 1.º, seja nos cursos secundários ou normal. No entanto, o 1.º ciclo do curso normal e o

2.º ciclo do curso comercial não mostraram perda de efetivos escolares, mas antes acréscimos de matrículas no fim do ano.

Dos estudantes secundários, 14% estavam entre 11 e 14 anos, mais da metade entre 15 e 19 anos, e quase um terço passava dos 20 anos de idade. Comparando a situação de Rondônia com a média brasileira, verificou-se distribuição oposta, pois uma terça parte do alunado do ensino médio estava na faixa mais jovem, e apenas 17% ultrapassavam os 20 anos. Pode-se, então, compreender a situação apontada e complementar o quadro acima ao lembrar que mais da metade dos alunos matriculados no ensino primário tinha 11 anos ou mais e que estes eram aproximadamente 27% dessa mesma faixa de idade. Em suma, mais de um quarto da população com mais de 10 anos estava matriculado no ensino fundamental e apenas 4% no ensino médio.

A distribuição das matrículas no 1.º ciclo mostrou que 42% dos alunos estavam na 1.ª série, caindo para quase a metade na 2.ª (24%), 19% na 3.ª série, e 15% na última. No 2.º ciclo, algo mais da metade encontrava-se na primeira série, 33% na 2.ª e 16% na 3.ª série.

As taxas de aprovação com relação à matrícula no fim do ano estavam em torno de 70%. No primeiro ciclo a proporção era algo inferior e no segundo bastante superior. Os índices de aprovação mais baixos eram os da 1.ª série em ambos os ciclos, seguindo-se nas séries taxas cada vez mais altas de aprovação. Notou-se também que nas duas primeiras séries do 1.º ciclo as taxas de aprovação masculina eram inferiores às femininas, e nas duas últimas séries tais taxas passavam a ser ligeiramente superiores.

Apesar da falta de informação mais precisa, pode-se levantar hipóteses sobre as causas potenciais para as disparidades encontradas no ensino secundário. Primeiramente, o principal elemento de drenagem do alunado parece ser a necessidade de entrar no mercado de trabalho, e a demanda deste, ao mesmo tempo, que necessita de pessoal com nível de instrução mais elevado para exercer atividades remuneradas. Estas seriam compensatórias a ponto de justificar que os investimentos feitos na educação do indivíduo sejam interrompidos e, apenas em poucos casos, retomados posteriormente.

Por conseguinte, o fato de ingressar no ensino secundário, concluindo ou não o curso, possibilita ao indivíduo ascender em prestígio social, propiciando-lhe simultaneamente a oportunidade de auferir benefícios imediatos. É conveniente lembrar que é reduzida a quantidade de alunos que pode atingir os níveis de instrução média, pelas dificuldades de superar os obstáculos da formação elementar em Rondônia.

Outra suposição é cabível: os estudantes secundários, ao completar o 1.º ciclo médio, iriam buscar fora do território oportunidades educacionais mais amplas, ali sabidamente estreitas. Esta hipótese não carece de fundamento, pois Rondônia não dispõe de ensino superior,⁴ e o estudante, para estar em condições competitivas com os de outras regiões, não prescinde de boa formação secundária, pré-requisito para ingressar em cursos de nível universitário. Sabe-se, porém, que é reduzida a parcela da população com nível de instrução superior no território (apenas 2% da população economicamente ativa). De qualquer forma, a hipótese é relevante, pois só assim os indivíduos originários de Rondônia, com aspirações profissionais, têm oportunidade de acesso

4 Exceto o Campus Avançado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com atuação limitada a cursos de férias, de licenciatura curta.

à instrução especializada ou superior e, retornando ao território, suprir a carência de recursos humanos especializados, seja em cursos de licenciatura ou em outros ramos do ensino superior.

A despeito de ter-se verificado anteriormente que as perdas de efetivos escolares eram mais acentuadas no curso secundário, mais da metade das conclusões de curso eram daquele curso, seguindo-se o comercial (30%) e o normal (16%). Esta tendência geral era válida para as conclusões do 1.º ciclo. O mesmo não se dava com as conclusões do 2.º ciclo: apenas um décimo era do secundário, cerca de 50% do curso comercial e 40% do curso normal.

Essas constatações corroboram, em parte, as suposições anteriores relativas à instrumentalidade da realização do curso médio em Rondônia. Os cursos capazes de oferecer maiores possibilidades ao estudante para sua absorção pelo mercado de trabalho devem ser, provavelmente, os mais procurados. Seria temerário levantar hipóteses quanto a aspectos vocacionais, pedagógicos ou de qualidade de ensino, não só por falta de informação detalhada, mas também porque os elementos ora detectados indicam que a explicação para esse estado de coisas pode ser encontrada nas próprias condições infra-estruturais do território, que não exigem maior demanda quanto a padrões educacionais, pois suas exigências tendem a ser compatíveis com o baixo nível de complexidade de interações sociais.

Estratégia de integração e capacitação dos recursos humanos

As iniciativas governamentais no setor educacional de Rondônia mostraram o reconhecimento de deficiências no sistema de ensino que necessitam soluções; para tanto, as políticas recentes procuravam implementar programas educacionais com o objetivo de integrar e capacitar seus recursos humanos para atender às novas demandas do sistema produtivo e corrigir falhas antigas.

A estratégia governamental — conforme informações de 1974 — girou em torno de três aspectos básicos. Primeiramente, o programa de ensino supletivo, cujo objetivo é de oferecer oportunidade aos indivíduos que já tinham ultrapassado a idade escolar sem que tivessem recebido instrução mínima ou suficiente. Em segundo lugar, foi colocada em destaque a importância do ensino profissionalizante, voltado à população juvenil. Em terceiro lugar, deu-se grande ênfase ao aperfeiçoamento do corpo docente, relativamente à orientação pedagógica, através de cursos, orientação e supervisão de professores. Outros aspectos do problema geral foram mencionados, mas os três programas acima apresentavam-se como os mais prementes que poderiam resultar em soluções a curto prazo, com efeitos imediatos.

Algumas instituições, governamentais ou não, atuam sobre o território, nem sempre especificamente dedicados ao ensino, mas que, de uma forma ou outra, participam do processo da difusão de informações ou sob a forma de auxílio técnico. No meio rural atuam também a ACAR e o SENAI que, na cidade de Porto Velho, oferecem cursos para o exercício de profissões na indústria da construção, madeireira e mecânica.

Foram também implementados programas de colonização desenvolvidos pelo INCRA no território, que incluíram em seus planos a criação de unidades escolares destinadas ao ensino primário. Desta forma, contribuiu para a interiorização da população sem descuidar do suprimento de instalações educativas e de saúde indispensáveis para fornecer padrões mínimos de vida à população rural em face das condições prevaletentes.

Ensino Supletivo

Só recentemente formalizou-se, em Rondônia, a criação de uma agência governamental destinada a coordenar o programa do Ensino Supletivo. Desde 1973 foram implementados três projetos: Educação Integrada, Minerva e o objetivo central do curso de Educação Integrada era de suprir as deficiências do ensino elementar, através de uma programação condensada e dinamizada do processo educativo. Inicialmente seus núcleos de atuação foram Porto Velho, Guajará-Mirim e Calama, com 1.705 alunos matriculados, e tais cursos eram noturnos, para atender à faixa da população já integrada no mercado de trabalho, em uma busca de oportunidade de ingresso na segunda fase do ensino do primeiro grau (1.º ciclo do secundário).

O Projeto Minerva — parte do Prontel (Programa Nacional de Teleducação) vem atuando através de rádio-postos e a responsabilidade de um monitor especialmente contando com uma sala de aula, fitas gravadas e fascículos especiais para as aulas. Após a transmissão radiofônica, de trinta minutos — segue-se explanação dada pelo monitor, com uma hora de duração. Em 1973, havia 854 alunos matriculados e em 1974, 36 rádio-postos distribuídos em Porto Velho, Vila de Rondônia, Pimenta Bueno, Ouro Preto, Oriente Novo e Guajará-Mirim. Na primeira fase do projeto, o programa dedicou-se ao ensino do primeiro grau; a segunda fase teve início em 1974 para o ensino correspondente ao primeiro ciclo do ensino médio, com um número de matrículas superior ao ano anterior: 1.273 alunos.

É de se supor que, a despeito das limitações impostas por esse tipo de ensino de massa, sejam positivos os efeitos a curto prazo da implementação desses projetos de ensino supletivo. Além de suprir as deficiências educacionais de núcleos isolados, oferece simultaneamente à população a oportunidade de ampliar os contatos no interior de cada comunidade e integrar o cidadão à comunidade mais ampla. Assim, ao extrapolar as dimensões territoriais e regionais, as dimensões nacionais são captadas no contexto de cada localidade.

Ensino Profissionalizante

Em Rondônia, no ensino secundário havia dois tipos de cursos regulares voltados para o exercício profissional: os cursos normal e comercial. No entanto, outros cursos de orientação profissional existiam no território. O SENAI, em Porto Velho, por exemplo, promovia cursos de curta duração para profissionais especializados na indústria da construção civil, madeireira e mecânica. Com o incentivo do Ministério da Educação, tem também importância o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra (PIPMO). A cooperação da ACAR e do Campus Avançado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul concentraram-se também em alguns cursos profissionalizantes, de técnico de Agricultura e alguns outros, como técnicos de enfermagem, secretariado e contabilidade.

Era premente a necessidade de criação de um curso de mineralogia em Rondônia, em face da importância da extração da cassiterita. No entanto, os custos para sua instalação no Território seriam excessivamente altos; como alternativa, foram concedidas, em 1973, algumas bolsas de estudo para um curso especializado em mineralogia no Estado de Minas Gerais.

As dificuldades de opções educacionais para a população juvenil não se restringe à falta de professores qualificados ou às deficiências

no sistema escolar. É também deficiente o conhecimento das aptidões do alunado do primeiro grau, e mais ainda dos benefícios que possam vir a usufruir com o ensino profissionalizante que, talvez por essa razão, não tenha sensibilizado suficientemente a população jovem. A percepção de horizontes mais amplos que potencialmente poderiam ampliar a gama de opções do estudante fica, desta forma, reduzida, dificultando a possibilidade de vislumbrar opções e de procurar instrução especializada.

Aperfeiçoamento do Corpo Docente, Planejamento Educacional e Dispendio Público

A carência de professores no Território não diz respeito, apenas, à falta de docentes, mas também ao aspecto de qualificação para o desempenho profissional satisfatório. Foi nesse sentido que os problemas de orientação pedagógica do ensino nas diversas áreas do Território mereceram a atenção do órgão oficial, que procurou oferecer supervisão, cursos e orientação sobre métodos e técnicas pedagógicas, legislação do ensino e orientação sobre as modificações no sistema de ensino e sobre os novos critérios de avaliação do alunado através do critério de conceitos.

De especial importância é a participação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujo Campus Avançado, sob convênio com o governo do território, iniciou em 1973 o curso de Licenciatura de Primeiro Grau, de curta duração, funcionando no período de férias escolares para habilitar professores nas áreas de Comunicação e Expressão, Ciências, Estudos Sociais e Artes Práticas.

A Secretaria de Educação de Rondônia reclamava em 1973 a criação de um Conselho de Educação no Território que, como órgão normativo, era considerado indispensável para fornecer ao território instrumentos flexíveis de regularização do ensino. Por isso, foram apontadas dificuldades de planejamento constantes, não só em termos técnicos mas também no que diz respeito a recursos financeiros.

A concessão de recursos orçamentários para despesas de custeio oferecidas pelo Ministério da Educação e Cultura e outras dotações são, segundo informações obtidas do governo territorial, insuficientes para cobrir as necessidades de investimento e planejamento de programas educacionais e apenas remediavam os problemas de manutenção da máquina técnico-administrativa alocada pelos órgãos governamentais.

Em 1973, o demonstrativo dos recursos liberados pelo Ministério da Educação e Cultura para o Território foi da ordem de Cr\$ 3.600 mil destinando-se 87,6% ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, dos recursos. Do restante, a quota territorial do salário-educação e as despesas de manutenção do PIPMO representavam 11,0% daquele total, enquanto que, para educação física e desportos dedicava-se 1,0% e ao ensino supletivo foram programados 0,4% daqueles recursos.

A proporção dos gastos orçamentários efetuados em Educação com relação ao total das despesas orçamentárias fixadas para o conjunto de funções governamentais — Administração, Saúde, Educação, Defesa e Segurança, etc. — foi um dos prismas através dos quais pode-se avaliar a interferência do setor público em investimentos de bases sociais.

Comparando os anos 1960 e 1970, verificou-se que houve um aumento significativo destinado a Educação em Rondônia. Para poder comparar, tomou-se como parâmetro o índice encontrado para o Brasil

nos anos mencionados, pois esse índice representava a proporção média de gastos em Educação para o conjunto das unidades federadas brasileiras. Em 1960, os gastos em educação no Brasil eram de 11,10% das despesas orçamentárias totais, enquanto que tais gastos em Rondônia eram de apenas 0,74%. Em 1970 as cifras sofrêm alterações, sendo, respectivamente, de 13,12% para o Brasil e de 3,73% para Rondônia.

Pode-se constatar então que houve em 1970 um acréscimo na proporção de recursos destinados à educação no Brasil da ordem de 20%, enquanto que, em Rondônia, a proporção se quadruplicou. O setor educacional em Rondônia passou a ter uma importância substancialmente maior em 1970, isto é, o setor público passou a distribuir dotações orçamentárias proporcionalmente maiores, cujo significado deixa pressupor uma preocupação de investir mais em recursos humanos, na esfera da ação própria ao poder governamental.

Considerações finais

Não seria lícito afirmar que os aumentos verificados representem uma melhoria qualitativa de proporções iguais no sistema educacional do Território. Se, por um lado, as finanças públicas mostraram o aumento do escopo da atuação oficial em educação no Território — acompanhando o acréscimo nos custos que envolvem a administração e funcionamento geral da rede escolar — por outro lado são insuficientes para permitir inferências de ordem mais geral e, muito menos, quanto ao planejamento educacional ou ainda eficiência do ensino.

Há obstáculos diversos a superar. O uso de indicadores educacionais aqui analisados, tais como aprovações, evasão escolar, conclusões de curso ou qualquer outro — especialmente no caso do estudo de tais aspectos de Rondônia — são insuficientes para oferecer bases sólidas para análise, das quais possam ser extraídos elementos para o estudo integrado, qualificativo e aprofundado. Não se está fazendo referência, aqui, ao simples acesso às informações estatísticas disponíveis nem às suas deficiências mas, principalmente, à situação particular do processo de transformações sociais e peculiaridades do Território de Rondônia.

Para conhecer esse processo é necessário analisar sua estrutura social, seus padrões culturais e aspirações de seus habitantes tradicionais, em confronto com a situação dos migrantes e o impacto causado pelas correntes migratórias. É também premente analisar como e quanto dos benefícios gerados pelas transformações econômicas revertem à sua população, bem como o impacto da política de colonização e das demais políticas e programas governamentais na esfera do executivo, cuja ação visa buscar o equilíbrio social mas que, fatalmente, esbarra numa situação irregular e desafiante.